

CADERNO DE INDICADORES

6º RELATÓRIO DE GESTÃO
MAPA ESTRATÉGICO DA
Indústria

Brasília, 2011

 **2007 - 2015**

6º RELATÓRIO DE GESTÃO

CADERNO DE INDICADORES

**MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA
2007 - 2015**

Brasília, março de 2011.

Sumário

Introdução	5	10. Oferta Interna de Energia	48
Quadro de Acompanhamento das Metas	6	11. Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB	52
Análise dos Indicadores		12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	56
1. PIB	12	13. Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB	60
2. PIB Industrial	16	14. PISA	64
3. Produtividade na Indústria	20	15. Domicílios com acesso à internet	68
4. Taxa de Desemprego	24	16. Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra	72
5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB	28	17. Índice de GINI	76
6. Crédito em proporção ao PIB	32	18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	80
7. <i>Spread</i> Bancário	36		
8. Taxa Real de Juros	40		
9. Carga Tributária	44		

Introdução

O Caderno de Indicadores apresenta a evolução e análise dos 18 principais indicadores de acompanhamento do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/ IBGE	3,2% (2005) 4,0% (2006) 6,1% (2007) 5,2% (2008) -0,6% (2009) 7,5% (2010)	Crescimento de 5,5% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 7,0% a.a (Taxa média até 2015)	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↑	distanciando da meta ↓
Crescimento do PIB Industrial	Contas Nacionais/ IBGE	2,1% (2005) 2,2% (2006) 5,3% (2007) 4,1% (2008) - 6,4% (2009) 10,1% (2010)	Crescimento de 7,0% a.a (Taxa média até 2010)	Crescimento de 8,5% a.a (Taxa média até 2015)	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↑	distanciando da meta ↓
Índice de Produtividade da Indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	- 0,1% (2005) 2,7% (2006) 2,3% (2007) - 1,7% (2008) 0,3% (2009) 3,2% (2010)	Crescer 3,50% a.a (taxa média até 2010)	Crescer 6% a.a (taxa média até 2015)	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓

LEGENDA:  Atingiu a meta  Convergingo para a meta  Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta  Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009
Taxa de Desemprego	PNAD/IBGE	9,8% (2005) 10,0% (2006) 9,3% (2007) 7,9% (2008) 8,1% (2009) 6,7% (2010)	Alcançar 7,0% até 2010	Alcançar 6,0% até 2015	atingiu a meta de 2010 ●	convergindo para a meta ↑	distanciando da meta ↓
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	Contas Nacionais/ IBGE	15,1% (2005) 14,4% (2006) 13,4% (2007) 13,7% (2008) 11,1% (2009) 11,2% (2010)	Alcançar 20,0% até 2010	Alcançar 30% até 2015	distante da meta ↓	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓
Crédito / PIB	Banco Central	28,3% (2005) 30,9% (2006) 35,2% (2007) 40,5% (2008) 44,4% (2009) 46,7% (2010)	Alcançar 50,0% até 2010	Alcançar 70% até 2015	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	atingiu a meta de 2010 ●

continua

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009
Spread Bancário	Banco Central	28,6% (2005) 27,2% (2006) 22,3% (2007) 30,7% (2008) 24,3% (2009) 23,6% (2010)	Alcançar 20,0% até 2010	Alcançar 10% até 2015	convergingo para a meta ↑	distante da meta ↑	convergingo para a meta ↑
Taxas Real de Juros (Selic/IPCA)	Banco Central	11,5% (2005) 10,7% (2006) 8,1% (2007) 6,4% (2008) 5,0% (2009) 4,6% (2010)	Alcançar 5,0% até 2010	Alcançar 4% até 2015	atingiu a meta de 2010 ●	atingiu a meta de 2010 ●	atingiu a meta de 2010 ●
Carga Tributária	Receita Federal	33,4% (2005) 33,4% (2006) 33,9% (2007) 34,1% (2008) 33,1% (2009) 34,1% (2010)* * Estimativa CNI	Alcançar 33% até 2010	Alcançar 27% até 2015	distanciando da meta ↓	distante da meta ↓	distanciando da meta ↓

LEGENDA: ● Atingiu a meta ↑ Convergingo para a meta ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta ↓ Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009
Oferta Interna de Energia	Empresa de Planejamento Energético – EPE	2,3% (2005) 3,5% (2006) 5,4% (2007) 5,9% (2008) -3,5% (2009)	Crescimento médio de 7,0% a.a até 2010	Crescimento médio de 8,5% a.a até 2015	distanciando da meta ↓	convergindo para a meta ↑	distante da meta ↓
Investimento em Infra-estrutura dos transportes / PIB	Ministério dos Transportes	0,13% (2005) 0,19% (2006) 0,22% (2007) 0,21% (2008) 0,31% (2009) 0,35% (2010)* *Estimativa CNI	Alcançar 0,50% até 2010	Alcançar 0,60% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↓
Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	PNAD/IBGE	48,2% (2005) 48,5% (2006) 51,1% (2007) 52,5% (2008) 52,5% (2009)	Alcançar 60,00% até 2010	Alcançar 70% até 2015	distante da meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑

continua

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009
Investimento Privado em Inovação / PIB	MCT	0,49% (2005) 0,50% (2006) 0,50% (2007) 0,54% (2008) 0,59% (2009)	Alcançar 0,8% até 2010	Alcançar 1,4% até 2015	distante da meta ↑	distante da meta ↑	convergindo para a meta ↑
Pisa	OECD	396 (2000) 403 (2003) 393 (2006) 412 (2009)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2001) até 2015		distante da meta ↑	distante da meta ↑	distante da meta ↑
Domicílios com acesso a Internet	PNAD/IBGE	13,6% (2005) 16,7% (2006) 20,0% (2007) 23,8% (2008) 27,4% (2009)	Alcançar 25,0% até 2010	Alcançar 30% até 2015	atingiu a meta de 2010 ●	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑

LEGENDA: ● Atingiu a meta ↑ Convergindo para a meta ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta ↓ Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2010	2015	Situação Atual Mar. de 2011	Situação em Fev. de 2010	Situação em Out. de 2009
Renda <i>per capita</i> em US\$ constantes - paridade de poder de compra (PPP)	FMI	8.603 (2005) 9.166 (2006) 9.900 (2007) 10.526 (2008) 10.499 (2009)* 11.289 (2010)* * Estimativa FMI	Alcançar 12.000 PPP até 2015		convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑
GINI	PNAD/IBGE	0,544 (2005) 0,541 (2006) 0,528 (2007) 0,521 (2008)	Alcançar 0,5 até 2015		convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta ↑	atingiu a meta ●
IDH	PNUD	0,649 (2000) 0,678 (2005) 0,693 (2009) 0,699 (2010)	Devido à mudança de metodologia do PNUD, será elaborada nova proposta de metas a ser apresentada ao Fórum posteriormente.			convergindo para a meta ↑	atingiu a meta ●

1. PIB

Descrição:

Variação percentual anual do Produto Interno Bruto do País

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

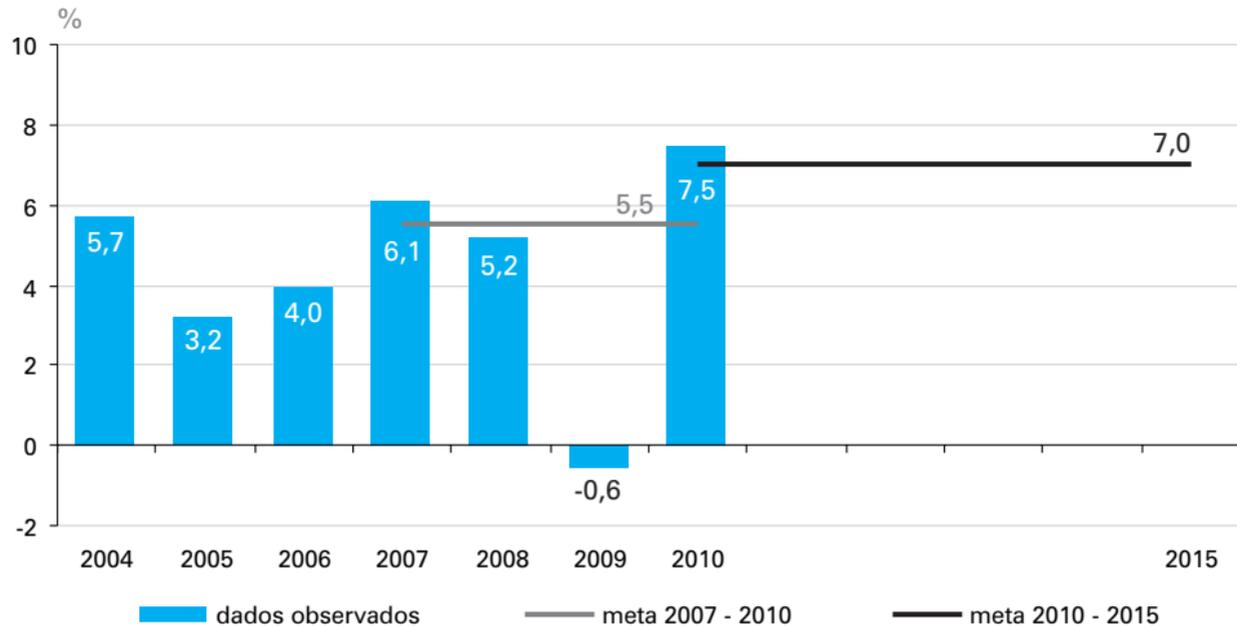
Meta:

- 5,5 % a.a. (Taxa média até 2010)
- 7,0 % a.a. (Taxa média de 2010 a 2015)

Status:

 Convergindo para a meta

PIB



Tendências

A taxa média de crescimento do PIB no período 2007-2010, de 4,5% a.a., não foi suficiente para que a meta do período (expansão média do PIB de 5,5% a.a.) fosse cumprida. A crise econômica internacional, iniciada em meados de 2008, comprometeu o alcance da meta de evolução do PIB para esse período, pois provocou queda de 0,6% do PIB em 2009.

A economia brasileira começou a se recuperar no final desse ano, culminando com um crescimento expressivo em 2010. A expansão nesse ano foi de 7,5%, a maior da década.

As perspectivas de se atingir a meta de 7% ao ano para o período 2010-2015 são desafiadoras. Para isso seria necessário sustentar ritmo de crescimento semelhante ao de 2010, ano de excepcional desempenho da economia brasileira.

- Ampliar a oferta de crédito e reduzir o custo de capital em relação à média dos países competidores;
- Interromper a trajetória de aumento dos gastos correntes do governo;
- Aumentar as medidas de desoneração tributária;
- Aprovar medidas que visem à melhoria do ambiente de negócios, com foco na desburocratização e na definição de marcos regulatórios claros em setores ligados à infraestrutura;
- Estimular as parcerias público-privadas, como forma de expandir o investimento no Brasil;
- Desenvolver ações para o avanço das reformas tributária, da previdência e das relações do trabalho.

2. PIB Industrial

Descrição:

Variação percentual do PIB da Indústria no ano

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

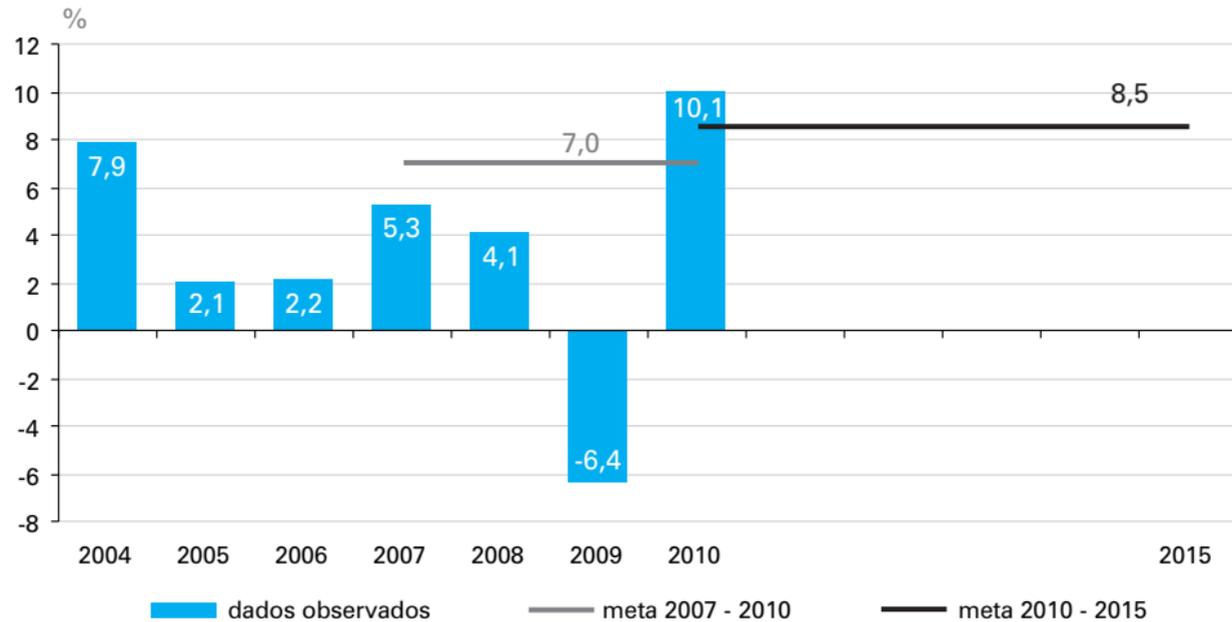
Meta:

- 7,0 % a.a. (Taxa média até 2010)
- 8,5 % a.a. (Taxa média de 2010 a 2015)

Status:

 Convergindo para a meta

PIB Industrial



Tendências

A taxa média de crescimento do PIB industrial de 3,1% ao ano no período 2007-2010 ficou distante da meta de 7% ao ano. A crise econômica internacional é a principal, mas não a única, razão para a tal, pois afetou a indústria de forma mais expressiva que os demais setores da economia.

O PIB industrial já em 2008 registrou crescimento de 4,1%, menor que os 5,3% observados em 2007. Em 2009, ápice dos efeitos da crise no Brasil, o PIB industrial encolheu 6,4%. A recuperação que se observou em seguida resultou em uma expansão de 10,1% do PIB desse setor em 2010.

A obtenção da meta para 2010-2015, de 8,5% a.a., exige atenção com a agenda para a competitividade e o crescimento do setor, pois pressupõe a manutenção de um ritmo de crescimento bem superior ao observado antes da crise.

- Ampliar as desonerações tributárias para o investimento e em setores chaves da indústria;
- Atuar para que a política industrial contemple as sugestões apresentadas pelo setor nas áreas de investimentos, comércio exterior e inovação;
- Priorizar medidas de redução do custo do crédito para fins de investimento.

3. Produtividade da Indústria

Descrição:

Variação do Índice de Produção Industrial / IBGE em relação ao índice de horas trabalhadas / CNI

Fonte:

Pesquisa Industrial Mensal / IBGE e Indicadores Industriais / CNI

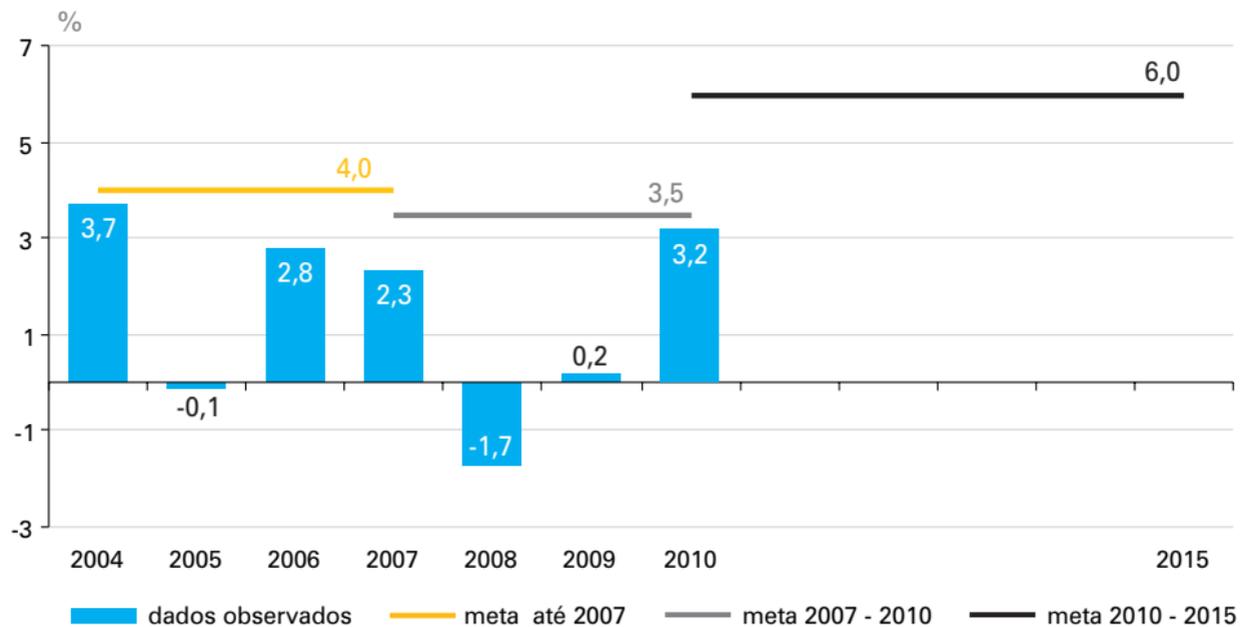
Meta:

- Crescer 4% a.a. (até 2007)
- Crescer 3,5% a.a. (de 2007 a 2010)
- Crescer 6% a.a. (de 2010 a 2015)

Status:

 Convergindo para a meta

Produtividade da Indústria



Tendências

O crescimento médio da produtividade da indústria no período 2007-2010 foi de apenas 1,0%, bem distante da meta de 3,5% ao ano estabelecida no Mapa da Indústria.

A crise mundial afetou negativamente a produtividade da indústria, que recuou 1,7% em 2008. No ano seguinte, observou-se pequena melhora, com crescimento de 0,2%, mas apenas em 2010 esse indicador voltou a se expandir de forma mais expressiva: 3,2%, de acordo com estimativa da CNI.

Os desafios para se atingir a meta estabelecida para o período 2010-2015, taxa de crescimento médio de 6% a.a., são bastante significativos. Esse objetivo só será alcançado com a ampliação de incentivos aos investimentos na produção e na inovação e com a melhoria na qualidade da educação, fatores chave para o avanço da produtividade da indústria.

- Ampliar as ações e os recursos destinados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, como os previstos no “PAC da Ciência, Tecnologia e Inovação”, que incorporou sugestões da indústria;
- Implantar ações que favoreçam a internacionalização de empresas e a inovação, acompanhando a agenda de atuação da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI);
- Aumentar o volume de recursos destinados a P&D pré-competitivo;
- Atuar na aprovação de medidas que visem à desoneração de impostos sobre bens de capital.

4. Taxa de Desemprego

Descrição:

Percentual da população brasileira desocupada, em proporção à população economicamente ativa

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

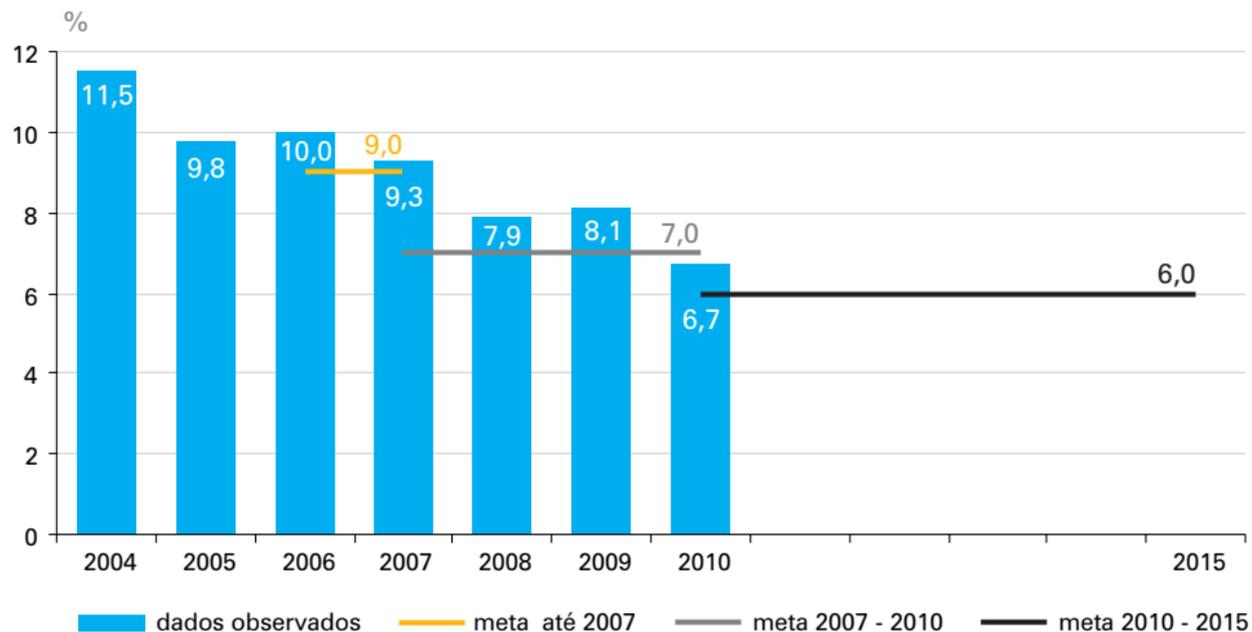
Meta:

- Alcançar 9,0% até 2007
- Alcançar 7,0% até 2010
- Alcançar 6,0% até 2015

Status:

- Atingiu a meta de 2010

Taxa de Desemprego



Tendências

A taxa média de desemprego em 2010 caiu substancialmente e atingiu o menor nível histórico, de 6,7% da população economicamente ativa. Esse desempenho fez com que a meta de 7% até 2010 fosse atendida.

A taxa de desemprego caiu sistematicamente ao longo dos últimos anos, à exceção de 2009 com a crise econômica internacional. Todavia, os efeitos adversos da crise internacional sobre o emprego não foram tão intensos no Brasil como nos países desenvolvidos e a retomada das contratações se deu de forma mais rápida.

Mantendo-se nos próximos anos o bom desempenho da economia, e a ampliação do mercado formal de trabalho, caminha-se para o atendimento também da meta de 6% até 2015.

- Defender a adoção de propostas que flexibilizem as relações de trabalho no país;
- Reforçar a posição contrária da CNI à Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a demissão imotivada;
- Fortalecer a posição da CNI contra a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 40 horas sem redução de salário;
- Apresentar propostas para o aperfeiçoamento das regras de terceirização, visando à segurança jurídica e à garantia de competitividade das empresas contratantes, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores;
- Reduzir a carga tributária que incide sobre a folha de pagamento das empresas.

5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB

Descrição:

Participação das exportações de bens e serviços do Brasil em relação ao Produto Interno Bruto

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

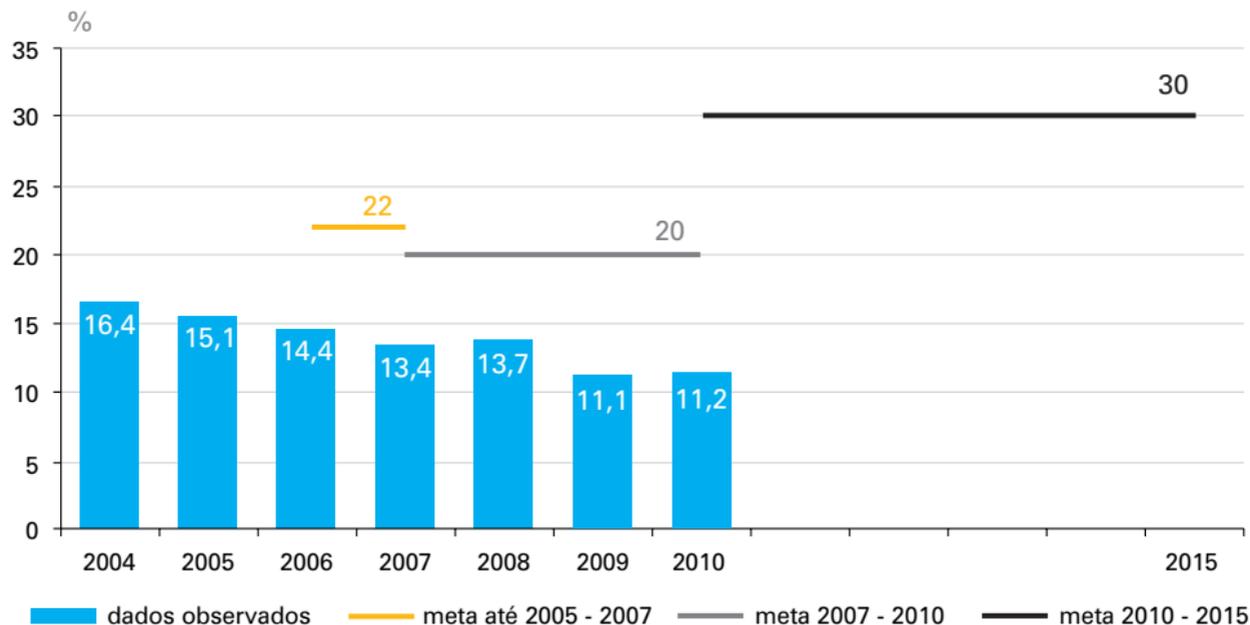
Meta:

- Alcançar 22% até 2007
- Alcançar 20% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status:

↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta

Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB



Tendências

A meta de participação das exportações de bens e serviços em 25% do PIB em 2010 não foi atingida. Essa participação alcançou apenas 11,2% em 2010.

A queda da participação das exportações de bens e serviços no PIB – observada desde 2004 – acompanha o movimento de valorização do real. A moeda nacional mais cara prejudica a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e reduz a rentabilidade das vendas externas.

Sem medidas efetivas que promovam maior competitividade dos produtos brasileiros no exterior e que promovam uma taxa de câmbio mais favorável à indústria brasileira, dificilmente a meta proposta para 2015 – de 30% do PIB – será alcançada.

- Implementar mecanismos de ressarcimento dos tributos que incidem na exportação;
- Atuar para o realinhamento da taxa de câmbio para um patamar competitivo, além de reduzir sua volatilidade;
- Promover um ambiente de negócios mais favorável aos investimentos e não prejudicar a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional;
- Monitorar e evitar possíveis ações protecionistas que impactem a indústria brasileira;
- Apoiar ações de defesa comercial que combatam a concorrência desleal;
- Ampliar fluxos de comércio, serviços e investimentos entre o Brasil e o México, com vistas a avançar para um tratado de livre comércio;
- Promover missões empresariais no exterior.

Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB

6. Crédito em proporção ao PIB

Descrição:

Operações de crédito do sistema financeiro (Risco Total) em relação ao PIB

Fonte:

Banco Central do Brasil

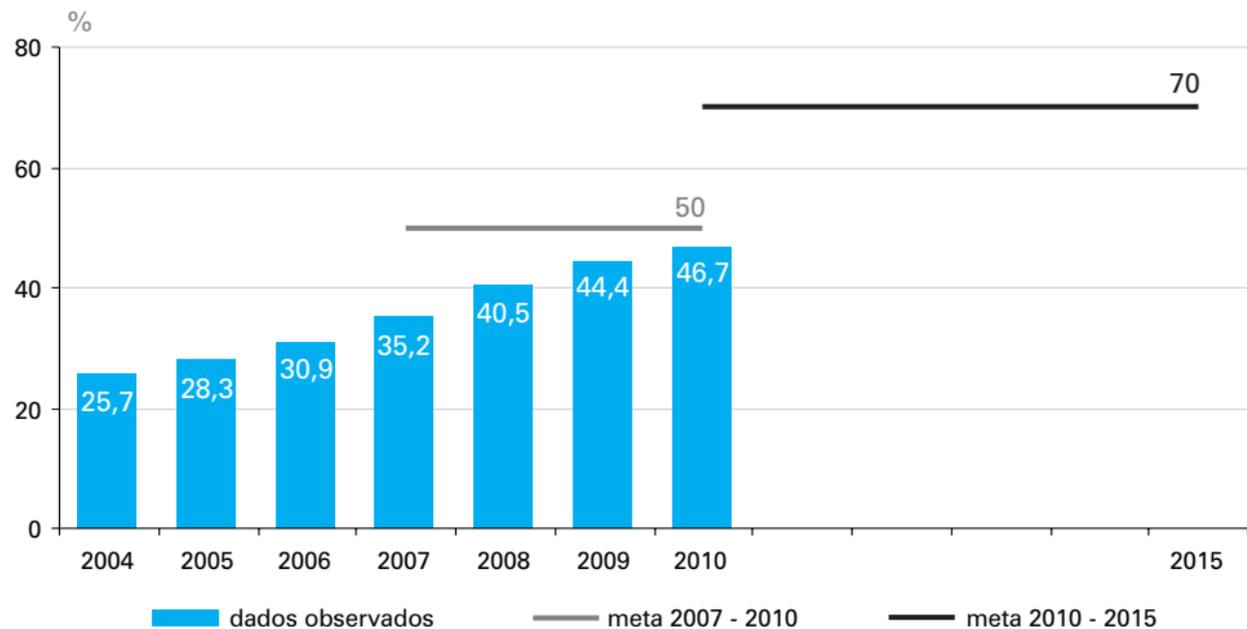
Meta:

- Alcançar 50% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Crédito em proporção ao PIB



Tendências

A meta de uma taxa de crédito em proporção do PIB de 50% em 2010 não foi alcançada, a despeito da ampliação do mercado de crédito no Brasil. Entre 2007 e a 2010, o crédito em relação ao PIB passou de 35,2% para 46,7% do PIB.

Como efeito da crise internacional, após 2008 houve desaceleração no ritmo de expansão, o que prejudicou o alcance da meta. Os resultados de 2009 e 2010, no entanto, foram atípicos. Em 2009, houve queda no PIB e o crédito se expandiu em função das medidas governamentais de incentivo ao consumo e ao investimento. Já em 2010, o forte aumento do PIB e medidas prudenciais de controle do setor fizeram com que a relação crédito/PIB pouco aumentasse.

A meta de 2010-2015, de relação crédito/PIB de 70%, é passível de ser alcançada. Para tanto é necessário que o crédito continue a se expandir a taxas superiores ao crescimento do PIB.

- Promover o financiamento não-bancário às empresas, como mercado de capitais e títulos privados;
- Garantir a implementação e aplicação do chamado Cadastro Positivo, aprovado pela Medida Provisória nº 518, de 2010;
- Reduzir a parcela fiscal sobre os juros, de forma a alavancar o crédito;
- Desburocratizar o acesso e racionalizar as exigências das linhas oficiais, em especial às empresas de menor porte;
- Simplificar e facilitar o acesso das empresas aos recursos do BNDES, em especial para aquelas de menor porte que necessitem operar via agentes financeiros;
- Estimular a utilização de fundos garantidores do crédito destinados às micro e pequenas empresas.

7. Spread Bancário

Descrição:

Diferença em pontos percentuais entre o custo de captação e as operações de crédito com recursos livres dos bancos - média anual

Fonte:

Banco Central do Brasil

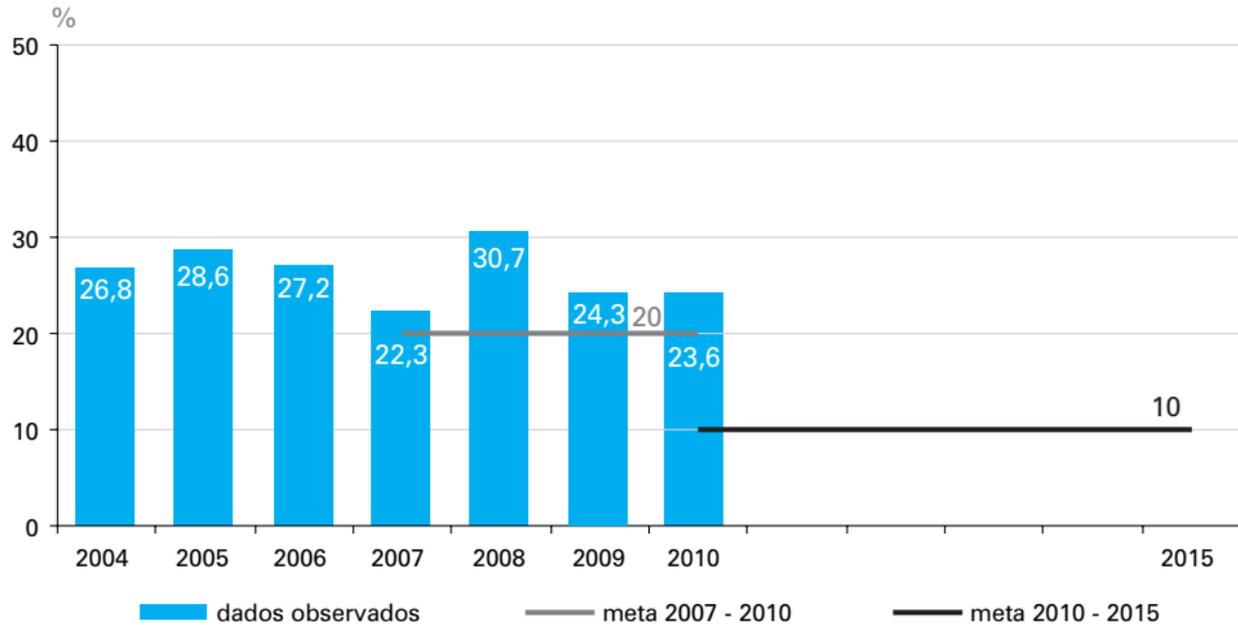
Meta:

- Alcançar 20% até 2010
- Alcançar 10% até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Spread Bancário



Tendências

O *spread* bancário médio pré-fixado para operações de crédito com recursos livres em 2010 terminou o ano em 23,6% a.a., sem atingir a meta de 20% a.a..

O *spread* vinha em trajetória de queda desde meados da década, que foi apenas interrompida pelos efeitos da crise econômica internacional. Em 2008, a menor liquidez e o risco de aumento da inadimplência levaram a taxa para 30,7%. Mas, em 2009 houve novamente inversão dessa tendência, com o *spread* reduzindo-se com a recuperação gradual da atividade produtiva e do consumo. Como resultado, o *spread* em 2009 recuou para 24,3%.

O desmonte de uma série de medidas que garantiram a ampliação do crédito público e o retorno do sistema financeiro privado limitou uma retração tão expressiva em 2010 como a observada no ano anterior.

O alcance da meta para 2015, de 10 %, pressupõe que o *spread* caia substancialmente nos próximos anos. Isso só será possível com atuação pró-ativa da gestão pública, via redução da tributação, isto é, a parcela fiscal sobre os juros.

- Regular e colocar em prática propostas voltadas à redução do custo do financiamento e à diminuição do *spread* bancário, como a regulamentação do cadastro positivo e as desonerações tributárias das operações de crédito;
- Fomentar a maior utilização dos bancos oficiais como instrumento de redução do custo das taxas ativas, mas preservando as condições de equilíbrio dessas instituições;
- Incentivar o financiamento não-bancário via mercado de capitais;
- Acompanhar o PL 5.258/2009, em tramitação na Câmara dos Deputados, que institui o Sistema de Metas para a Margem Bancária.

8. Taxa Real de Juros

Descrição:

Taxa anual básica de juros (*Selic*) descontada pela média anual de inflação acumulada em 12 meses medida pelo IPCA

Fonte:

Banco Central do Brasil

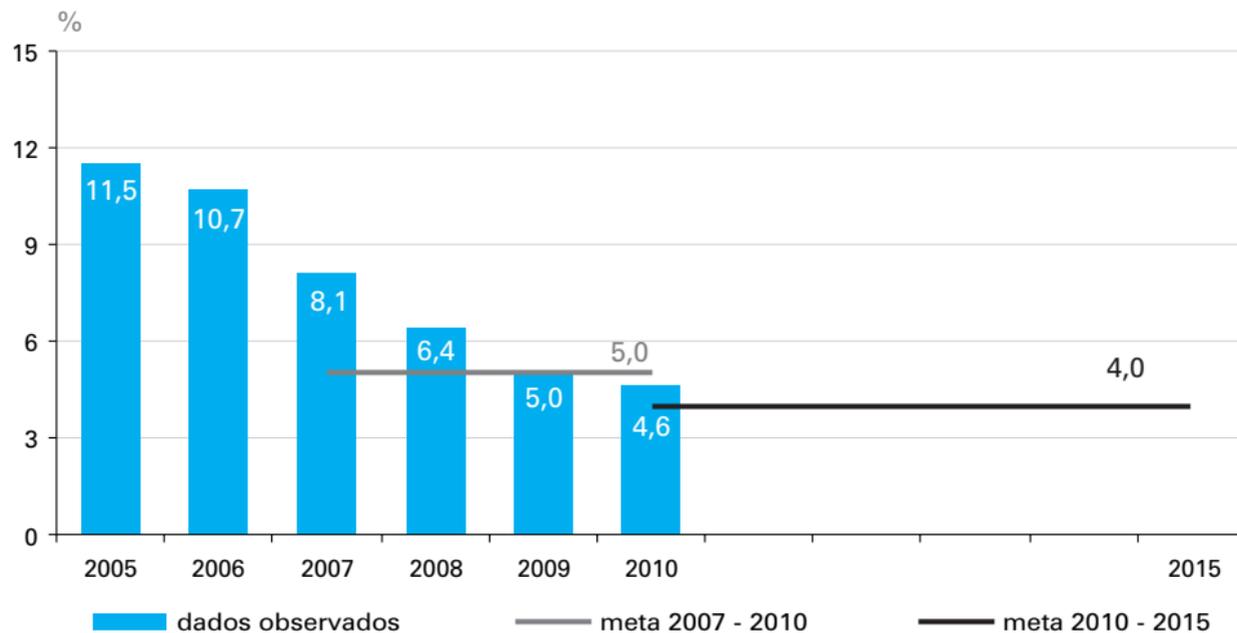
Meta:

- Alcançar 5% até 2010
- Alcançar 4% até 2015

Status:

- Atingiu a meta de 2010

Taxa Real de Juros



Tendências

A meta de 5% a.a. para a taxa de juro real já foi alcançada em 2009. Em 2010 a taxa alcançou 4,6%, em média. Mesmo assim, a taxa brasileira ainda é uma das mais altas do mundo.

A redução dos juros reais em 2009 se deu em função das diminuições na taxa *Selic* ao longo do ano. Em 2010, esse indicador caiu mais uma vez, mesmo com a volta na elevação da *Selic*. Apesar de positivo, do ponto de vista da taxa de juros real, esse resultado foi obtido ao custo de maior inflação no ano.

Para que a meta 2010-2015, de 4% a.a., seja alcançada, há a necessidade de que a *Selic* volte a mostrar trajetória sustentada de redução, o que pressupõe a inflação na meta e melhor coordenação da política macroeconômica.

- Apresentar propostas voltadas à diminuição do custo de financiamento e do *spread* bancário como a efetiva implementação do cadastro positivo e as desonerações tributárias das operações de crédito;
- Defender a queda da taxa de juros *Selic*;
- Defender o encolhimento do tamanho do Estado para a manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção dos gastos públicos;
- Atuar para o desenvolvimento do mercado de capitais e nas ações visando à redução do custo do capital para as empresas industriais.

9. Carga Tributária

Descrição:

Total de impostos arrecadados em proporção ao PIB

Fonte:

Receita Federal

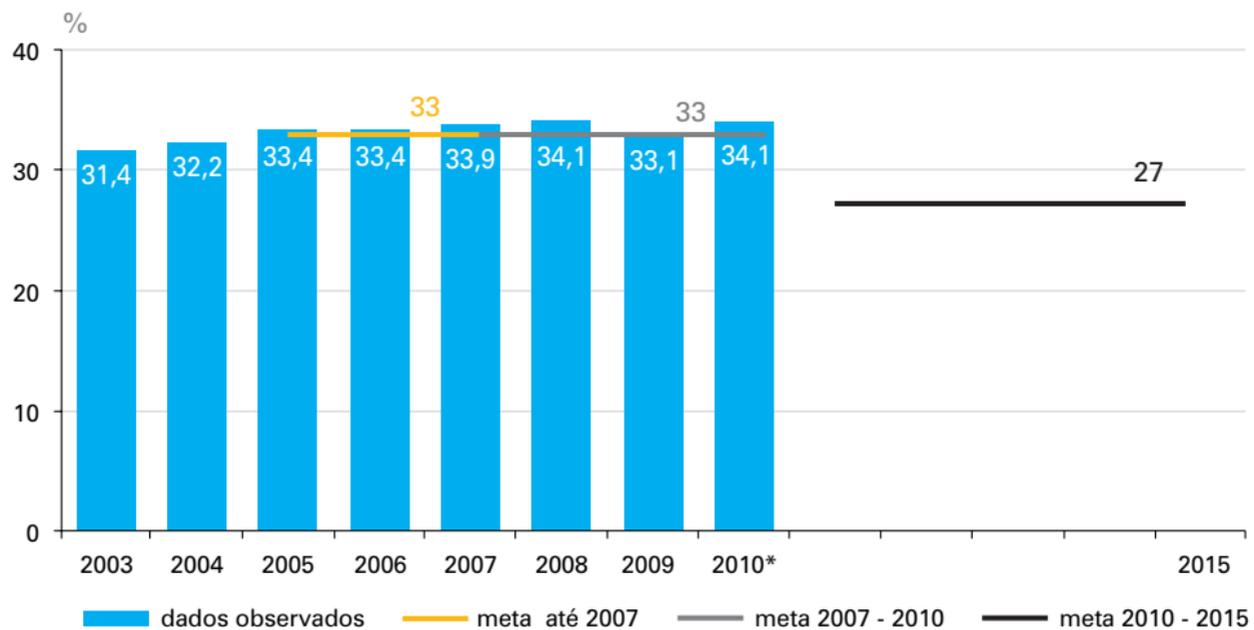
Meta:

- Alcançar 33% até 2007
- Alcançar 33% até 2010
- Alcançar 27% até 2015

Status:

 Distanciando da meta

Carga Tributária



*Estimativa CNI

Tendências

A meta de uma carga tributária de 33% do PIB em 2010 não foi alcançada. Muito ao contrário, a participação dos impostos no PIB cresceu durante quase toda a segunda metade da década e caminhou na direção oposta à que se esperaria para promover a expansão da atividade produtiva de longo prazo.

Os efeitos da crise econômica e das desonerações tributárias fizeram com que o indicador recuasse em 2009. No entanto, a recuperação da economia e o fim de muitas desonerações fizeram a carga tributária voltar a subir em 2010.

Atingir a meta de 27% em 2015 é bastante desafiador. O aumento da carga tributária financia a expansão do gasto público, cujo montante em relação ao PIB, somente no Governo Federal, passou de 14,0%, em 1997, para 19,1%, em 2010. Nesse contexto, apoiar a redução da carga tributária exige trabalhar pela diminuição dos gastos correntes do governo.

- Contribuir ativamente para a reformulação do sistema tributário;
- Defender a redução do tamanho do Estado para a manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção e do aumento de eficiência nos gastos públicos;
- Atuar para a efetivação da reforma da previdência social;
- Ampliar o universo de empresas que podem optar pelo regime de lucro presumido;
- Permitir o crédito imediato de PIS, COFINS e ICMS nas aquisições de bens de capital no Brasil e no exterior;
- Ampliar o mecanismo da depreciação acelerada para máquinas e equipamentos;
- Assegurar o aproveitamento de saldos credores de tributos, especialmente no caso das exportações.

10. Oferta Interna de Energia

Descrição:

Expansão anual liberada para comercialização, medida em porcentagem de crescimento no ano

Fonte:

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

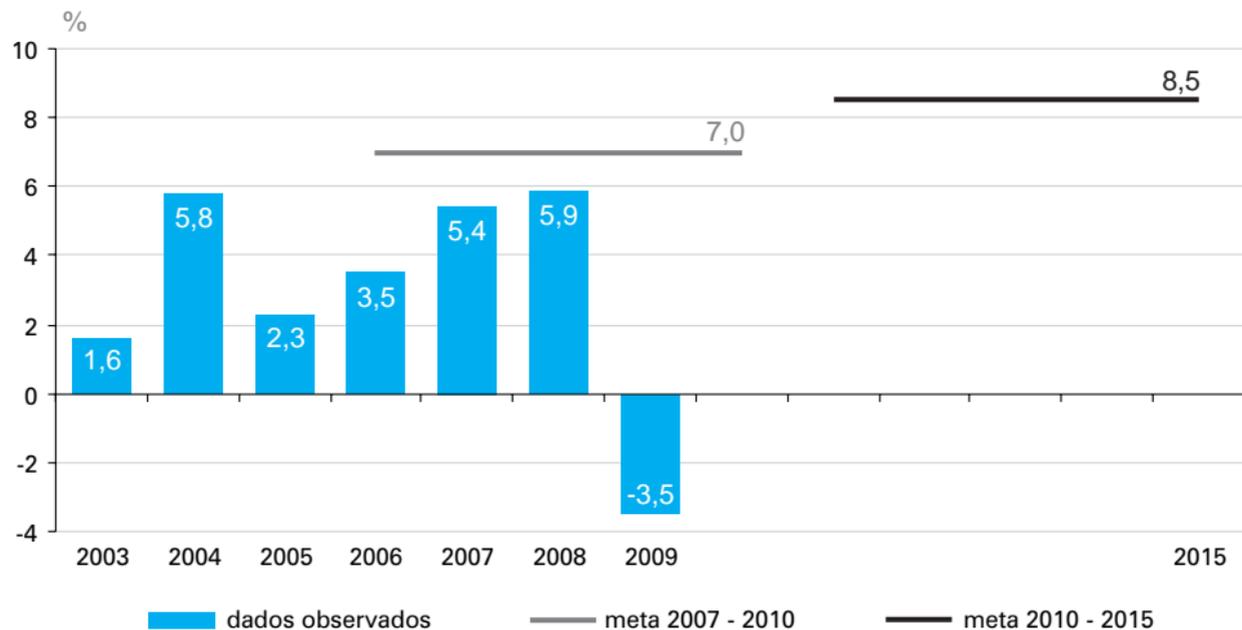
Meta:

- Crescimento médio de 7,0% a.a. (até 2010)
- Crescimento médio de 8,5% a.a. (de 2010 a 2015)

Status:

 Distanciando da meta

Oferta Interna de Energia



Tendências

Os reflexos da crise econômica internacional provocaram queda na Oferta Interna de Energia de 3,5% em 2009 em relação ao ano anterior. A meta de crescimento médio de 7% a.a. de 2007 até 2010 não deverá ser alcançada.

Pode-se afirmar, entretanto, que a recuperação da economia em 2010 repercutiu na retomada do consumo de energia. Dados preliminares da EPE apontam aumento médio da utilização de energia elétrica de 7,8% no ano de 2010. A mesma tendência pode ser notada em relação ao gás natural. Segundo informação da ABEGAS, em 2010 o acréscimo no consumo desse produto foi de 35% em relação a 2009, o que não foi suficiente para superar o volume utilizado em 2008.

No cenário de recuperação econômica, a disponibilidade energética a preços competitivos torna-se fundamental, especialmente para a indústria.

- Reduzir os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica e dar maior transparência à utilização dos recursos;
- Agilizar o processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas;
- Estabelecer uma política tarifária transparente e competitiva para o gás natural;
- Estimular o uso de fontes alternativas renováveis de energia de forma competitiva;
- Incentivar a eficiência energética;
- Definir soluções adequadas para renovação das concessões do setor elétrico com ganhos para a sociedade.

11. Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB

Descrição:

Total investido em infraestrutura dos transportes pelo governo federal em relação ao PIB

Fonte:

Ministério dos Transportes

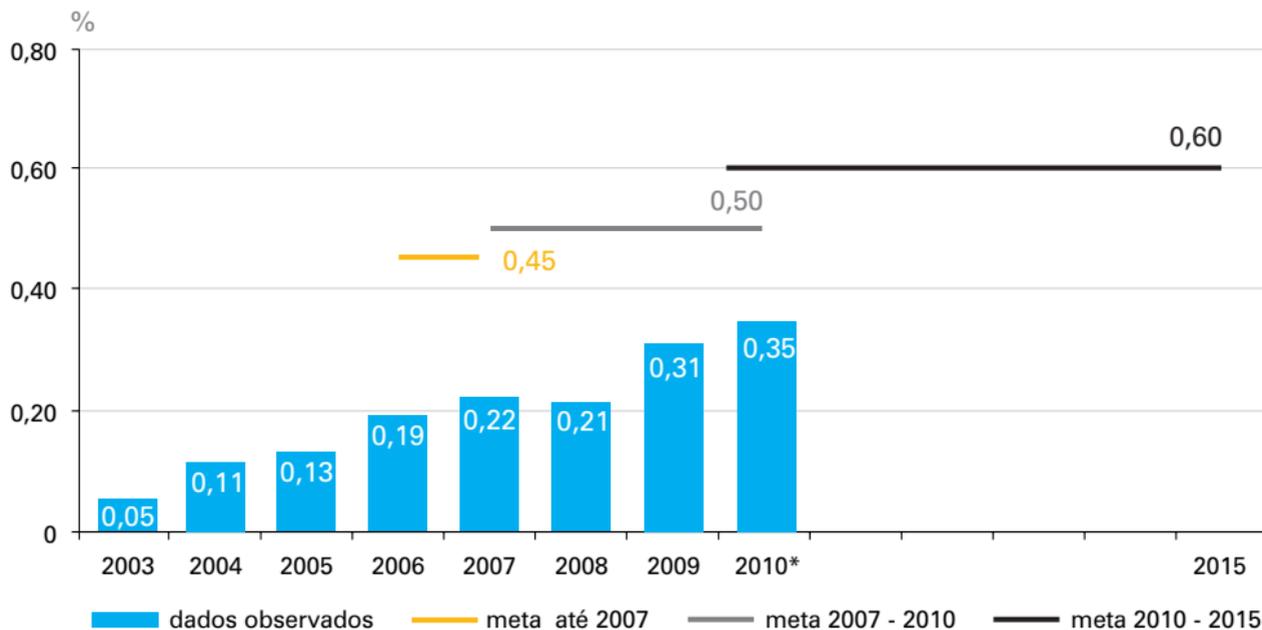
Meta:

- Alcançar 0,45% até 2007
- Alcançar 0,50% até 2010
- Alcançar 0,60% até 2015

Status:

↑ Distante da meta e converge em ritmo inferior ao planejado

Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB



*Estimativa CNI

Tendências

Em 2010, os investimentos do Ministério dos Transportes (MT) aumentaram em relação aos realizados no ano anterior, atingindo cerca de 0,35% do PIB, segundo estimativas da CNI. Em 2009, esses gastos corresponderam a 0,31% do PIB.

Os investimentos do Ministério em 2010 não foram afetados pela crise internacional. Mesmo com o elevado crescimento do PIB (7,5%), a taxa de investimento foi superior à observada no ano anterior. Ainda assim, foi insuficiente para alcançar a meta de 0,5% para 2010. E provavelmente também não será alcançada em 2011.

Além das dificuldades enfrentadas pelo MT na execução dos investimentos, existem problemas estruturais no setor. A falta de uma organização mais moderna de planejamento de longo prazo e de priorização dos projetos, combinadas com a ausência de uma visão integrada de logística, comprometem o desenvolvimento conjunto das diversas ações para melhorar a competitividade. Também contribuem para esse cenário a fragilidade dos marcos regulatórios, havendo a necessidade do fortalecimento das agências reguladoras do setor (ANTT e ANTAQ) e de melhor definição das funções desses órgãos, do DNIT, da Secretaria Especial de Portos e do próprio MT.

- Desenvolver ações para a melhoria da gestão pública e diminuir obstáculos burocráticos aos investimentos;
- Defender a independência decisória, autonomia financeira, delimitação precisa de suas funções, transparência na atuação e excelência técnica para as Agências Reguladoras, como eliminação das sobreposições de funções;
- Elaborar estudos com propostas para maior eficiência das administrações portuárias, aumento da competitividade na navegação costeira de cargas e melhoria das informações no setor de transporte que suportem o planejamento integrado e de longo prazo;
- Melhorar o sistema interno de informações e acompanhar o desenvolvimento da infraestrutura no País.

Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB

12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto

Descrição:

Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto em relação ao total de domicílios no Brasil

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

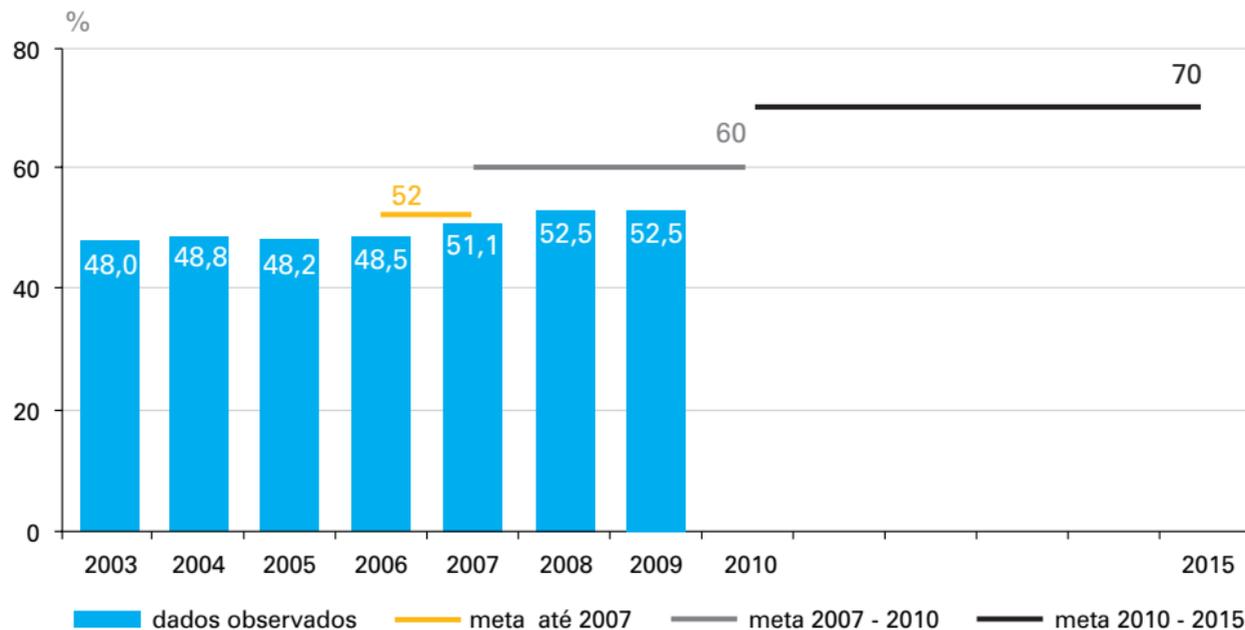
Meta:

- Alcançar 52% até 2007
- Alcançar 60% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

Domícilios atendidos por Rede Coletora de Esgoto



Tendências

Em 2009, 52,5% dos domicílios brasileiros estavam ligados à rede coletora de esgotamento sanitário, igual nível de atendimento observado em 2008. Mesmo com a expansão da rede coletora de esgoto nos últimos anos, que passou de 48,5% em 2006 para 51,1% em 2007, o ritmo de crescimento poderia ser mais intenso caso instrumentos de financiamento como as PPPs fossem mais utilizados pelo governo federal. O desafio do setor de saneamento é acelerar o ritmo de expansão da cobertura da rede coletora de esgoto de modo a perseguir a meta de 60% domicílios atendidos no curto prazo, o que só será possível por meio da eliminação dos entraves aos investimentos.

O potencial de investidores interessados em aplicar recursos nesse setor é maior que o observado nos últimos anos e a iniciativa privada deverá ter papel fundamental na busca pela universalização dos serviços, seja na realização dos projetos e obras, seja na operação dos sistemas.

- Incentivar Parcerias Público-Privadas no setor de saneamento;
- Apoiar os esforços de aumento dos investimentos, por meio do acompanhamento das ações do PAC e do PRODES;
- Acompanhar a efetivação da Lei 11.445/07.

13. Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB

Descrição:

Volume de investimentos privados em inovação em proporção do PIB

Fonte:

Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT

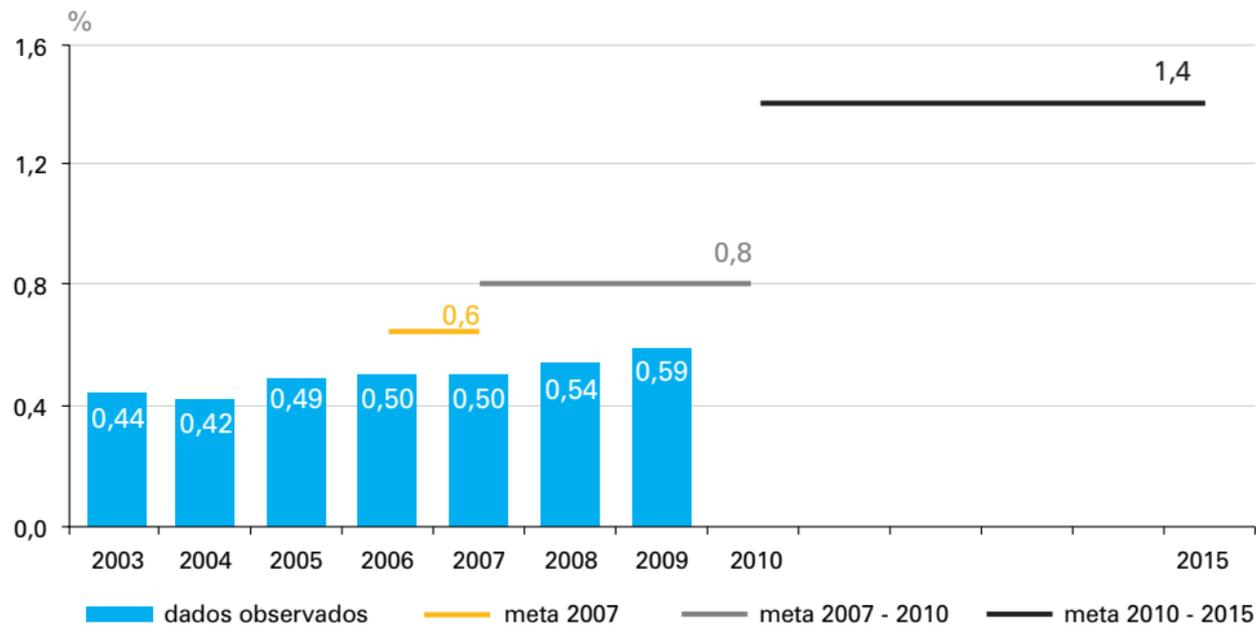
Meta:

- Alcançar 0,60% até 2007
- Alcançar 0,80% até 2010
- Alcançar 1,40% até 2015

Status:

 Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB



Tendências

Os investimentos privados em inovação estão em trajetória ascendente. De 2003 a 2009 a participação do investimento privado em P&D elevou-se de 0,44% do PIB para 0,59%. Para além de 2010 a perspectiva é que os gastos privados em P&D mantenham-se em crescimento. No entanto, o ritmo de expansão não é suficiente para o alcance da meta estabelecida no Mapa Estratégico da Indústria, que é de 1,4% para o período que vai de 2010 a 2015.

A perspectiva de que os gastos privados com P&D continuem a crescer nos próximos anos está associada às projeções de crescimento do PIB em torno de 5% ao ano. Como o gasto privado em P&D tende a acompanhar a evolução dos investimentos totais, é sensato prever que a alta continue.

Para ampliar o ritmo de expansão, o Brasil precisa aperfeiçoar o uso dos instrumentos públicos de apoio à inovação nas empresas – previstos na Lei de Inovação e na Lei do Bem – para alcançar um número maior de empresas. Essas leis prevêem a concessão de recursos financeiros, como crédito, capital de risco, subvenção econômica, auxílios financeiros e bolsas de pesquisa e estudo e incentivos fiscais. De acordo com a PINTEC 2008, a taxa de inovação na economia brasileira subiu de 34,4% em 2005 para 38,6% em 2008, mas apenas 22,8% das empresas industriais receberam algum tipo de apoio do governo.

Agenda

- Rever o sistema de incentivos à inovação e aos gastos com P&D do setor privado, de forma a ampliar a efetividade desses mecanismos (ampliação dos benefícios da Lei do Bem e revisão das regras de aproveitamento de créditos tributários);
- Aumentar em 50% os recursos para subvenção à P&D do setor privado;
- Priorizar a inovação nas políticas de compras do setor público para além da Defesa e da Saúde;
- Fortalecer a rede brasileira de serviços técnicos, tecnológicos e de propriedade industrial;
- Desenvolver planos setoriais de inovação;
- Adotar normas e regras de estímulo à inovação nos diversos setores regulados pelo governo (fármacos, biodiversidades, OGM);
- Implantar os mecanismos previstos na Lei de Inovação (encomenda, sociedade de propósitos específicos, compras governamentais);

Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB

14. PISA

Descrição:

Programme for International Student Assessment (PISA) é um teste de diagnóstico aplicado em alunos de 15 anos, avaliando conhecimentos em leitura, em matemática e em ciências

Fonte:

OECD

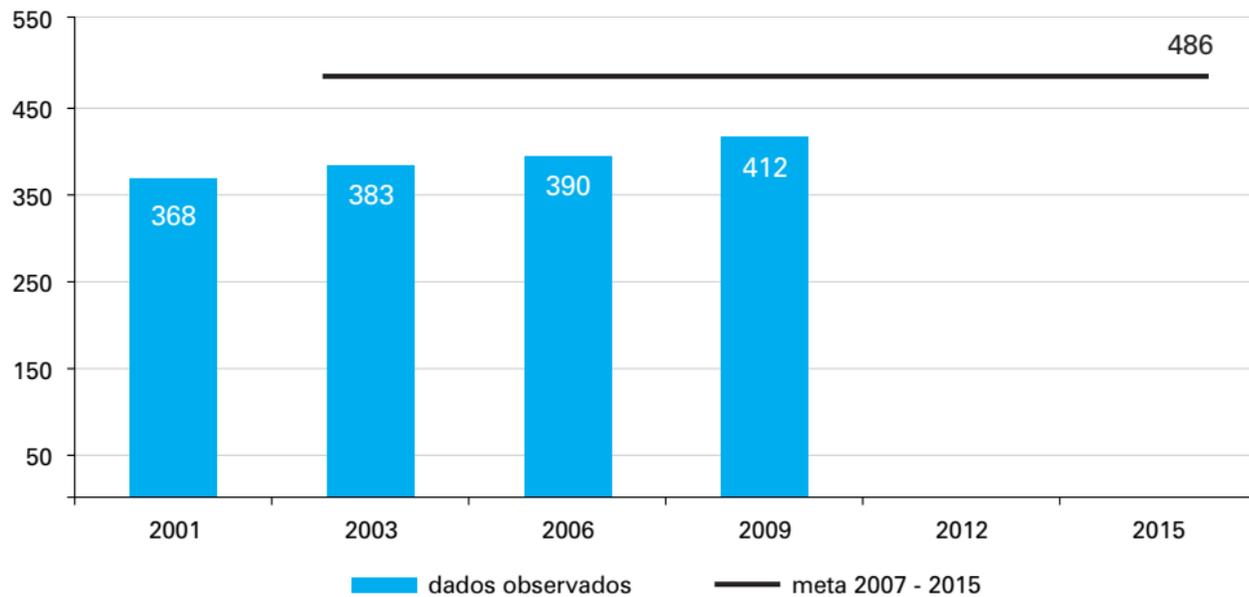
Meta:

- Alcançar a nota 486 (Espanha em 2001) até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

PISA



Tendências

A falta de qualificação da mão-de-obra é um dos principais entraves ao crescimento sustentado no Brasil. O Programa Internacional de Avaliação de Ensino (PISA) exhibe um quadro que precisa ser superado: a nota do aluno brasileiro é uma das piores do mundo. Em 2009, o Brasil posicionou-se na 53ª colocação numa lista de 57 países (30 membros da OECD e 27 países convidados), ficando atrás de países com mesmo grau de desenvolvimento, como Uruguai (47º), Colômbia (52º), México (48º) e Chile (44º)

Pela primeira vez o Brasil rompe a barreira dos 400 pontos, alcançando 412 pontos na avaliação global de leitura. Contudo, o país ainda está distante da meta estabelecida no Mapa da Indústria, de 486 pontos (esse é o desempenho da Espanha no início da década).

- Aumentar os recursos investidos em educação;
- Priorizar a educação básica universalizando seu acesso;
- Patrocinar a mobilização permanente da sociedade civil pela qualidade da educação;
- Aperfeiçoar e intensificar métodos de avaliação da qualidade da educação;
- Fortalecer a política de valorização de professores e gestores educacionais;
- Estimular o envolvimento das famílias para fortalecer os conselhos comunitários;
- Incentivar a criação de programas de educação continuada;

15. Domicílios com acesso à internet

Descrição:

Número de domicílios com acesso à internet em relação ao total de domicílios no Brasil

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

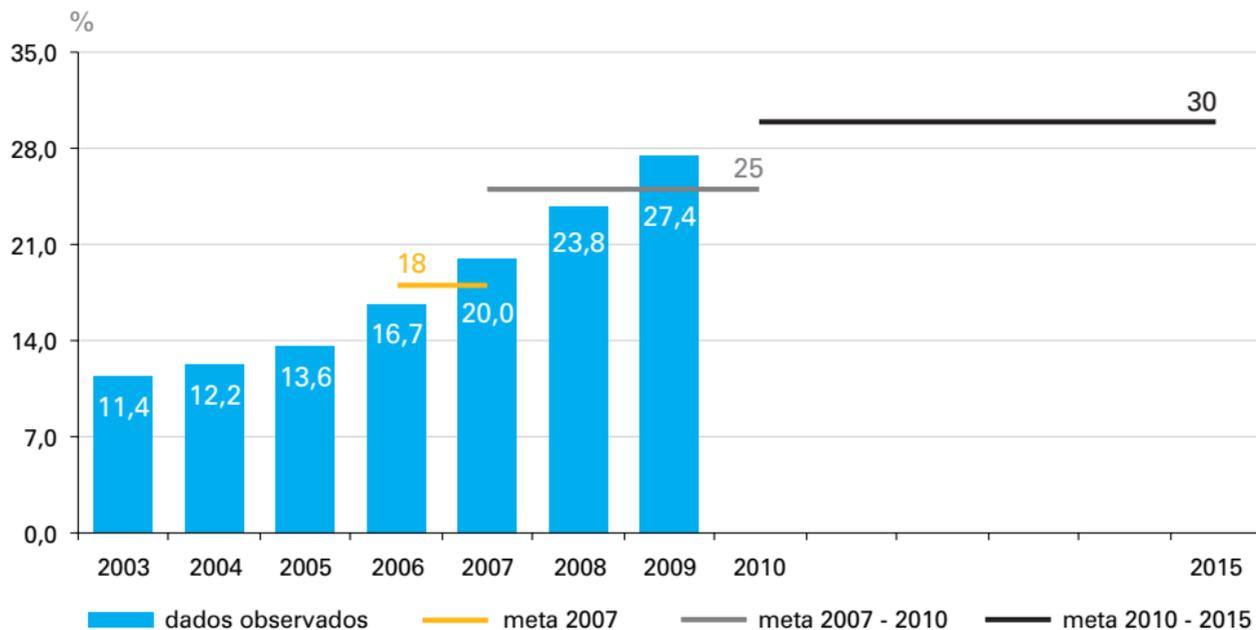
Meta:

- Alcançar 18% até 2007
- Alcançar 25% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status:

- Atingiu a meta de 2010

Domicílios com acesso à internet



Tendências

O setor de informática no Brasil é o caso mais emblemático de como uma medida de desoneração tributária pode impulsionar o crescimento da produção. A Lei do Bem, instituída em 2005, reduziu a carga tributária de produtos de informática e estimulou a produção e venda de computadores no Brasil, gerou empregos e aumentou a competitividade do produto nacional frente ao importado. Em 2006, a fabricação de equipamentos de informática cresceu 51,6% e em 2007 o crescimento foi de 14,4%.

Entretanto, esse estímulo inicial não garantiu a continuidade do aumento da produção do setor, principalmente em função da concorrência artificial provocada pela valorização cambial, levando a uma queda no volume fabricado em 2008 (-8,9%) e em 2009 (-6,6%).

Mesmo com a queda das vendas de equipamentos de informática, a proporção de domicílios com acesso à internet aumentou no Brasil de 20,0% em 2007 para 27,4% em 2009. Assim, a meta de 25% no período 2007-2010 foi alcançada, ficando o indicador próximo à meta de 30% para o período 2010-2015.

- Disseminar a importância da banda larga como infraestrutura estratégica para o desenvolvimento do país;
- Estimular o acesso de escolas e estudantes à internet;
- Contribuir para que as políticas públicas concorram para a ampliação do acesso de domicílios à internet.

16. Renda *per capita*, ajustada pela paridade do poder de compra

Descrição:

Renda por habitante expressa em dólares ajustada ao poder de compra da população

Fonte:

Fundo Monetário Internacional - FMI

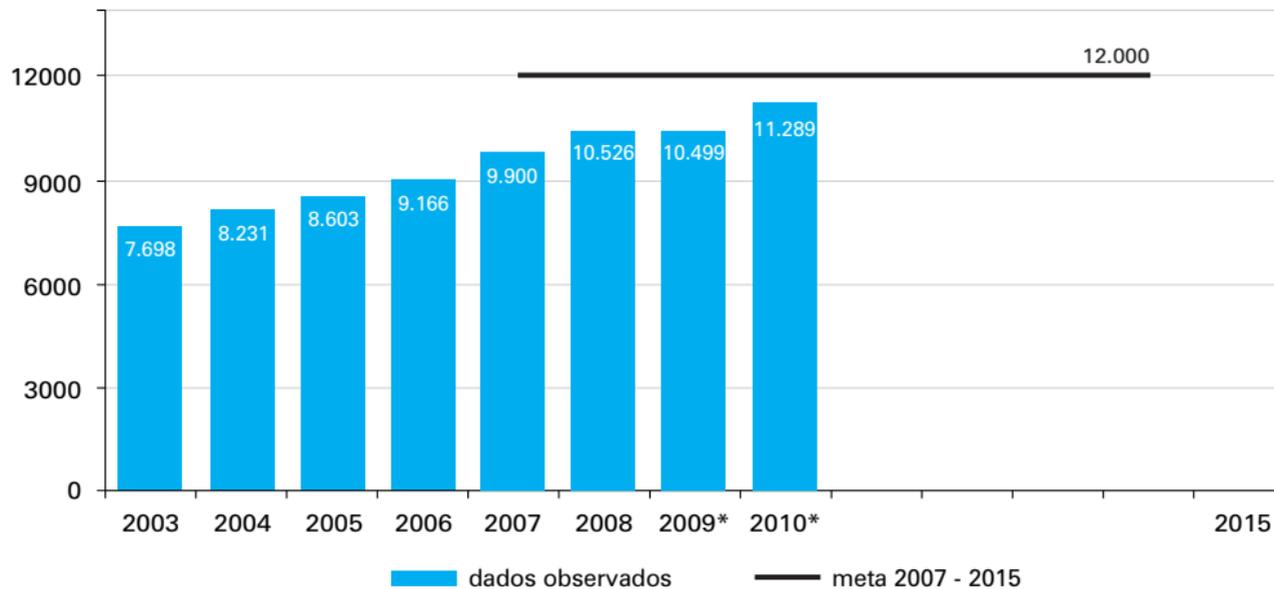
Meta:

■ Alcançar 12.000 PPP até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra



*Estimativa FMI

Tendências

Conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a renda *per capita* no Brasil cresceu em média 5,6% ao ano entre 2004 e 2010, alcançando US\$ 11.289 no último ano – os valores são expressos em dólares ajustados pelo poder de compra do país. A estimativa do FMI é de que a renda *per capita* tenha aumentado 7,5% em 2010.

Com esse ritmo de ampliação, a renda *per capita* irá atingir a meta de 2007-2015 de US\$ 12.000 antes do prazo determinado.

Mesmo com a expansão, a renda *per capita* brasileira em 2010 continua aquém de alguns países vizinhos sul-americanos, como Argentina (US\$ 15.603), Chile (US\$ 14.982) e Uruguai (US\$ 14.342).

- Atuar na implementação de políticas que busquem acelerar o ritmo de crescimento econômico com manutenção da estabilidade (ações do Mapa Estratégico da Indústria).

Renda *per capita*, ajustada pela paridade do poder de compra

17. Índice de GINI

Descrição:

Mede a distribuição de renda entre os habitantes de um país. O valor 0 (zero) corresponde à equidade perfeita e 1 (um) corresponde à completa desigualdade

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

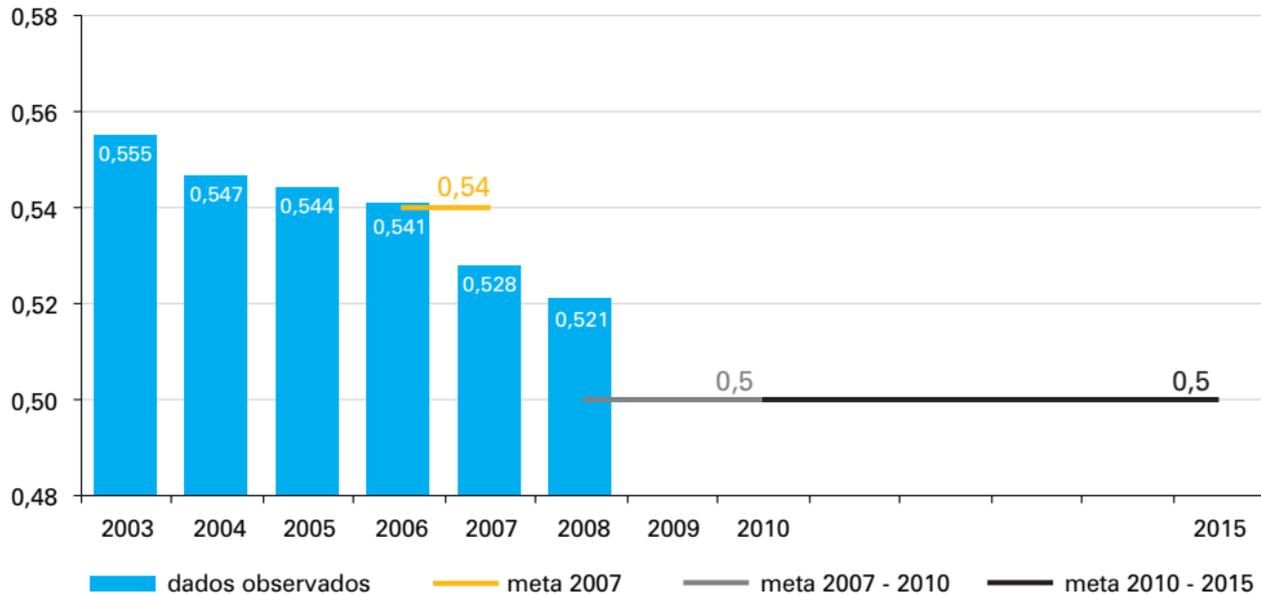
Meta:

- Alcançar 0,54 até 2007
- Alcançar 0,50 até 2010
- Alcançar 0,50 até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Índice de GINI



Tendências

O índice de Gini referente ao ano de 2008 – instrumento que mede o nível de concentração de renda de um país – manteve a trajetória de queda registrada nos cinco anos anteriores. Esse indicador recuou de 0,528 em 2007 para 0,521 no ano seguinte. Mesmo mostrando a redução da desigualdade em ritmo lento, o índice de Gini aproximou-se da meta de 0,5 para 2010.

A redução da desigualdade de renda no Brasil é resultado do crescimento econômico acompanhado da geração de empregos, sobretudo formais. Aumento do emprego gera expansão da renda da população. Mesmo com a crise internacional, o processo de formalização da mão-de-obra não foi interrompido, passando apenas por uma desaceleração do movimento apresentado nos anos anteriores.

É importante ressaltar que as políticas governamentais, como o bolsa-família, também contribuíram significativamente para a redução da desigualdade de renda. Nesse sentido, há a possibilidade de que o índice de Gini mantenha a trajetória de queda nos próximos anos.

- Promover o desenvolvimento das regiões com maior defasagem econômica, de forma a reduzir as tensões sociais e exercer influência positiva sobre os investimentos – principalmente em infraestrutura – que ajudem a reduzir a desigualdade econômica;
- Apoiar as políticas públicas que ajudem a reduzir as desigualdades de renda.

18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Descrição:

Mede o nível de bem-estar de uma população, considerando longevidade, renda *per capita* e grau de escolaridade

Fonte:

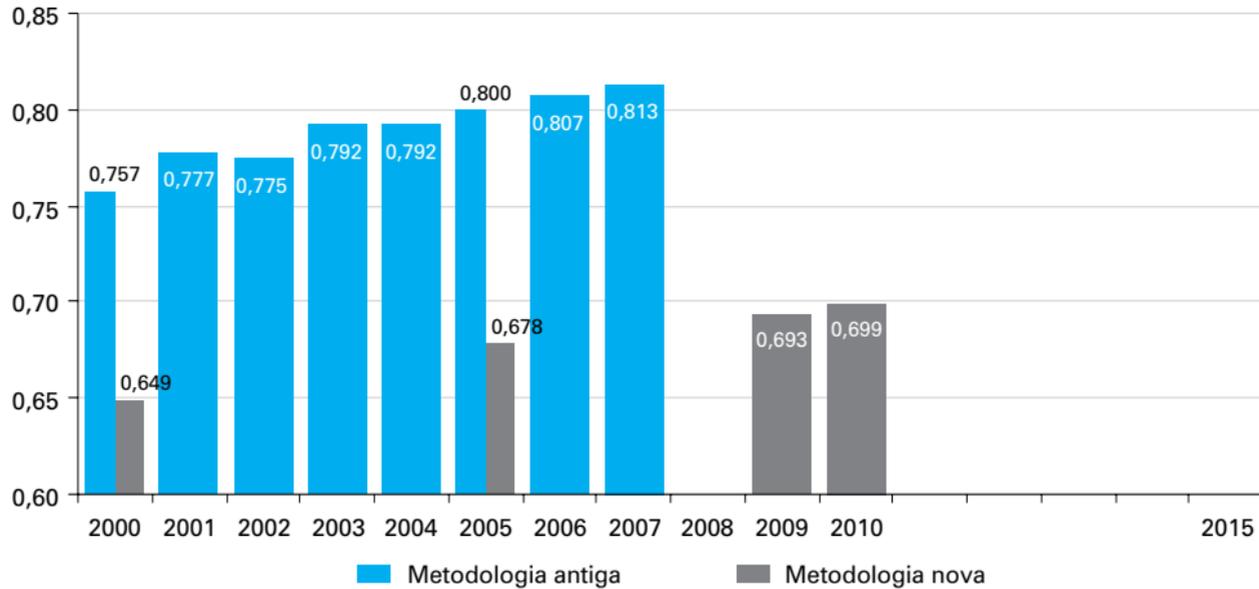
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Meta:

Devido à mudança de metodologia do PNUD, será elaborada nova proposta de metas a ser apresentada ao Fórum posteriormente.

Status:

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH



Tendências

O Brasil trilha o caminho da melhoria de seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), resultado de avanços nos indicadores sociais no país. O IDH é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de três fatores: educação, saúde e renda da população.

Em 2010, o PNUD divulgou o IDH para o ano, mas a metodologia adotada foi alterada. Assim, o cálculo do IDH pela metodologia antiga (estabelecida para as atuais metas) não será mais divulgada, e a nova metodologia não é comparável à anterior.

Pela nova metodologia, o Brasil, que já pertence ao grupo de países com alto desenvolvimento humano desde 2005, registrou IDH de 0,699 em 2010, ocupando a 73ª posição no *ranking* de uma lista de 169 países e territórios. O IDH brasileiro mostrou crescimento durante a última década, sendo 0,05 ponto superior ao observado em 2000. Em termos de comparação, o Chile (IDH de 0,783, ocupando a 45ª posição no *ranking*), Argentina (0,775, ocupando a 46ª posição) e Uruguai (0,765, ocupando a 52ª posição) têm IDH bem superiores ao do Brasil.

- Focar em medidas que garantam a continuidade em um ritmo mais acelerado da melhora da escolaridade média da população brasileira;
- Intensificar os esforços em investimento de infraestrutura para oferecer melhores condições de vida para a população.



Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen
CEP: 70040-903 - Brasília-DF Fone: (61) 3317-9000
www.cni.org.br